

CIBERATIVISMO E CIDADANIA: APONTAMENTOS SOBRE O USO DAS REDES SOCIAIS PELAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OS SEUS COLETIVOS

Joana Belarmino de Sousa

Resumo

O artigo reflete sobre as redes sociais como deflagradoras de uma nova ambiência para o ativismo social das pessoas com deficiência. Apresenta um breve panorama dos temas de pesquisa sobre esse segmento no século XXI, explora a concepção de “contra-agendamento” proposta por Luís Martins da Silva, em diálogo com a hipótese do agenda-setting da escola funcionalista norte-americana. Analisa lutas sociais das pessoas com deficiência, contra-agendadas através do twitter, e que foram agendadas nos últimos meses pela grande mídia impressa.

Palavras Chave: Agenda-setting, redes sociais, ciberativismo, pessoas com deficiência, Cidadania.

INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado é fruto de pesquisas que vimos realizando desde 2011, as quais atualizam estudos que havíamos realizado em nossos cursos de mestrado e de doutorado, focalizando o segmento das pessoas com deficiência, dentro de rubricas de pesquisa que unem os campos da sociologia, da acessibilidade e da comunicação jornalística.

No seu desenvolvimento atual, faz um apanhado de comunicações e artigos produzidos acerca do tema, fruto de nossas participações em eventos nos últimos três anos e focaliza o uso das redes sociais pelas pessoas com deficiência, mais particularmente a rede social twitter, tentando identificar e mapear modelos de utilização da ferramenta, tipos de conteúdos postados, modos de interação e os impactos dessa “presença” virtual tanto nas vidas individuais dessas pessoas como em outras instâncias da sociedade e da cultura, a exemplo do campo jornalístico.

Ao longo do desenvolvimento da cultura, o tema da deficiência mereceu a atenção das diversas ciências, história, psicologia, ciências sociais e ciências da saúde.

A ciência clássica, em geral, apontou para uma abordagem patológica das deficiências e suas diversas tipificações. .

Em fins do século XX, com o pleno ingresso desses indivíduos na era tecnológica, a pesquisa ganhou um novo rumo. Suas lutas por direitos de cidadania, as conquistas legais alcançadas, aliadas aos processos gerais de incremento do acesso à educação e ao trabalho, modificaram o teor das suas lutas, evidenciando campos novos de investigação científica.

Se tivéssemos que eleger uma rubrica principal que tem norteado as investigações na área das deficiências na atualidade, sem sombra de dúvidas apontaríamos o campo da acessibilidade como aquele que mais tem suscitado trabalhos acadêmico-científicos repercutindo nos mais variados campos do conhecimento, com ênfase para as áreas da arquitetura, comunicação e acesso à informação e o tradicional campo da educação e das ciências sociais.

Se a pesquisa científica ampliou suas áreas de interesse, as pessoas com deficiência, conformando o novo grande grupo dos chamados “novos sujeitos coletivos” também qualificaram a agenda das suas reivindicações. Ao lado das lutas clássicas por acessibilidade e mobilidade urbana, eles reivindicam pleno acesso a terminais bancários, etiquetagem braile em produtos de consumo, cardápios em restaurantes e folhetos publicitários em braile ou áudio. No campo da comunicação, lutam pela implementação do recurso da áudiodescrição em produtos audiovisuais, acessibilidade à telefonia móvel, acessibilidade na web e subsídios para o acesso a tecnologias assistivas.

Intérpretes de Libras (Linguagem Brasileira de Sinais) e legendas textuais nas produções audiovisuais são algumas das reivindicações das comunidades surdas.

O modo de apresentação dessas reivindicações também se modificou. Se nos anos oitenta do século XX a forma privilegiada de intervenção se dava através da reivindicação feita em documentos próprios das suas organizações, na atualidade eles ocupam as redes sociais, em grupo ou individualmente, e reivindicam melhores condições de vida por meio de postagens, convertendo-se em representantes dessa grande massa plural que povoa a cibercultura.

É pois para esse tipo de intervenção que voltamos nossa preocupação. Tidos como grupos que não têm visibilidade na grande mídia comercial, através do twitter,

esses indivíduos conseguem romper essa bolha de invisibilidade e forçarem o campo jornalístico a agendar algumas das suas lutas.

Mapear a utilização do twitter pelas pessoas com deficiência, flagrar a sua organização e a natureza das suas ações (ativismo-ciberativismo), destacar as lutas que são agendadas no twitter pelo grupo, identificando sobretudo aquelas que demarcam o rol das lutas por acessibilidade à informação e à comunicação; analisar nesses conteúdos agendados, o campo simbólico onde esses indivíduos se reconfiguram como grupo, sua cultura, sua ecologia: Estas são algumas das problemáticas e objetivos perseguidos por nossa investigação, que hoje congrega alunos da Iniciação Científica e pesquisas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Jornalismo / Mestrado Profissional da UFPB.

Em pesquisa anterior, demonstramos como se deu, historicamente, a constituição dos movimentos sociais das pessoas com deficiência. Nas sociedades antigas, o agrupamento desses indivíduos engendrava-se a partir da caridade e se desenvolvia em torno de práticas de mendicância; Nas sociedades modernas (séculos XIX e XX), a educação e a profissionalização fizeram emergir o movimento associativista, criando-se em todo o mundo, as organizações não-governamentais de pessoas com deficiência. O cenário atual, marcado pelos avanços tecnológicos, evidenciam um novo espaço de atuação desses grupos, que tal como outros movimentos, realizam “Ativismo social”, “Ciberativismo”, através das redes sociais.

Em nosso artigo, exploraremos, conforme já citado, alguns desses movimentos, dessas manifestações, de extratos dos conteúdos que prefiguram esse novo modo de luta pela cidadania, cientes da provisoriedade dos nossos achados, assim como dos aspectos de instantaneidade, velocidade e mutabilidade que caracterizam essas práticas sociais no twitter, o qual, no seu uso cotidiano pelos indivíduos e grupos sociais, acha-se em permanente atualização.

OS APORTES TEÓRICOS

As pessoas com deficiência conformam hoje, de acordo com estatísticas oficiais, cerca de % 14 da população brasileira. Pensadas como grupo, no que toca às teorias da sociedade, esse contingente populacional, investigado a partir das suas estratégias de agrupamento, aliança, entre outras, podem ser pensados como “novos sujeitos

coletivos”, que, nas suas lutas por se fazerem visíveis, inauguram “novos lugares de fala”, “novos espaços sociais de luta”.

Esse conjunto de concepções nos remete obrigatoriamente às contribuições de Boaventura de Souza Santos, que discute a emergência desses novos “sujeitos coletivos”, reunidos por demandas comuns, de caráter corporativos ou não, e que, na sociedade atual, constituem, dentro da “esfera pública”, “lugares de fala”, de “argumentação e de debate”, (ver bibliografia).

A discussão propõe uma espécie de zona de articulação entre a esfera midiática e a própria sociedade, através das concepções de “espaço público”, que, de acordo com Luís Martins da Silva, “abrange desde as calçadas, vias e praças, a sua parte física, até a constituição de espaços abstratos e simbólicos”, ou seja, “Esfera Pública”, entendida pelo autor como “...as condições e o contexto para que existam polêmica, argumentatividade, debate e deliberação”...

Central em nossa argumentação, é a hipótese do “contra-agendamento”, que, segundo o teórico, assenta-se na hipótese de trabalho “(...) de que a sociedade “...também tem a sua pauta ou, no plural, as suas pautas, e as deseja ver atendidas pela mídia e tenta, diariamente, e sob as mais variadas maneiras, incluir temas nesse espaço público que é a mídia;” (SILVA, 2007).

A hipótese do “contra-agendamento” pode-se dizer, é filha direta da hipótese do “agenda-setting”, esboçada nos anos 70 do século XX, e que discute a possibilidade de constituição de uma agenda midiática, a qual articula-se e determina, os outros agendamentos da sociedade que podem ser pautados pela mídia, na política, na economia, na cultura, enfim em todas as instâncias sociais.

Por outro lado, a hipótese de contra-agendamento articula-se à concepção de “advocacy”, que em linhas gerais, envolve o direito de advogar por causas, interesses, de forma organizada, onde os grupos e organizações não-governamentais atuam na gestão e transformação das suas realidades desvantajosas.

De fato, tem sido comum flagrarmos episódios de “contra-agendamento”, fatos que tradicionalmente não encontrariam visibilidade na agenda midiática, porém, a sua repercussão nas redes sociais, obriga muitas vezes uma reapropriação dos mesmos e a sua transformação em notícia jornalística. Poderíamos mesmo afirmar que a interação nas redes sociais tem alterado muitas vezes o clássico valor de noticiabilidade. Um

acontecimento pode nascer em qualquer lugar do planeta, pode iniciar-se de maneira insignificante, 140 caracteres, que ganham o ciberespaço e podem ou não alcançar visibilidade. Alguns desses pequenos pedaços de informação podem repercutir na grande rede de maneira viral e transformar-se em verdadeiros fenômenos midiáticos.

Finalmente, permeia toda a investigação, a concepção de cidadania. Conforme frisamos em trabalho anterior, “A cidadania, enquanto ideia, repousa no princípio da igualdade universal conferida a todos os indivíduos, independentemente de raça, credo religioso, condições sócioeconômicas, etc. Este princípio acha-se estabelecido na Organização das Nações Unidas (ONU) que sofre influência marcante das cartas de direitos dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789). A cidadania envolve, pois, os direitos dos indivíduos e o seu usufruto inclui também, obrigações por parte dos cidadãos”. (Belarmino, 1997, 77).

No dizer de MANZINI-COVRE (1994: 10),

“só existe cidadania se houver prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Nesse sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia por excelência para a construção de uma sociedade melhor.”(Ibid 1977)

A LUTA PELA CIDADANIA E A SUA MUDIATIZAÇÃO

A luta pela democratização da comunicação, pode-se dizer, acha-se encarnada no cerne da própria luta pela democratização da política, da economia, dos regimes políticos. Na América latina dos anos setenta, essa luta esboça-se no debate teórico e prático da comunicação, onde se propõe o modelo da comunicação alternativa, em que os papéis de emissor e receptor são intercambiáveis, e onde se exercita o processo horizontal da comunicação.

Os processos posteriores de democratização dos estados ditatoriais, e no plano internacional, o fim da guerra fria, culminando no final da década de oitenta com a queda do muro de Berlim, aliados à dominância no mundo dos regimes neoliberais, alimentam o cenário para o surgimento do que os teóricos da comunicação e da sociologia classificam como “novos movimentos sociais”. A ação política dos sindicatos, dos partidos de esquerda, da sociedade civil organizada, ainda que inscrita sob o signo das lutas por igualdade, democracia, respeito às diferenças, etc., já não se

estruturava a partir da guerrilha armada, ou de outros encontros diretos. Conforme argumenta Vizer (2007):

Esses novos movimentos sociais se expressam em uma dupla dimensão argumental. Por um lado, em defesa e construção paulatina de um universo de discurso coletivo e ‘universalista’, assentado sobre valores como Direitos Humanos, Direitos Sociais, Cidadania, Gênero (e direito reprodutivo), meio ambiente, direito à identidade e à diferença, e um ou outro termo que expressa as ideias-força de uma variedade inumerável de agrupamentos do crescente e grandioso Setor Social (ou Terceiro Setor).

[...] A segunda linha de discurso argumental que constroem aparenta ir em sentido contrário: constrói-se sobre as condições específicas de cada agrupamento (“associação voluntária” em termos de Turner, 1999), segundo seus interesses, necessidades e percepções particulares ou locais, já sejam de natureza econômica, política ou cultural.

De acordo com Vizer (2007), “Na relação com os meios de comunicação, alguns autores estabelecem três categorias: os meios de informação, os de organização(ções), e os meios que Downing (2002) chama ‘radicais’”.

Enquanto que nos meios tradicionais, os veículos de massa, predominam a articulação entre o público e o privado, com ênfase para o consumo e a lógica de mercado, nos meios organizacionais, o sujeito se constrói-reconstrói, estrutura suas lutas diversas como coletivo, ou, conforme Vizer (2007), “O meio constrói simbolicamente o sujeito social que representa (por meio do discurso e das imagens). Essa construção é explicitamente autorreferencial: ‘nós mulheres’, ‘nós que habitamos esta terra’, ‘nossas crianças’ etc.”

Finalmente, o meio radical, segundo Vizer (2007): [...] é o que se planta mais abertamente em função da crítica do status quo, na denúncia dos dispositivos de poder e das condições de criação de injustiças. Autorreferencia-se como sujeito crítico defensor do cidadão, defensor dos valores ‘universais’ da época, dos bens e valores coletivos.

A história da relação entre os movimentos sociais e os meios de comunicação de massa, apresenta cenários diferentes, segundo cada período histórico. Pode-se dizer, no entanto, que esta sempre foi uma relação de desconfiança, e que, nos últimos tempos, esboça uma reação crítica, e de enfrentamento, em muitas ocasiões, sobretudo em épocas de campanhas políticas.

Na obra “A Sociedade Enfrenta sua Mídia”, o pesquisador de comunicação José Luís Braga discute as esferas de reação da sociedade aos dispositivos midiáticos,

propondo relevante discussão sobre as modalidades de respostas sociais dos públicos receptores.

Essa trajetória revela ainda, que os movimentos sociais, na defesa legítima dos seus direitos, sempre buscaram o suporte de meios organizacionais ou radicais. A atualidade demonstra uma tendência para a utilização disseminada das novas tecnologias e das redes sociais, como estratégia fundamental para o ativismo desses “sujeitos coletivos”, em novos “lugares” de fala, de apresentação, de organização e manifestação popular.

É tempo, pois, de situar nesse novo cenário, os nossos sujeitos de estudo, ou seja, as pessoas com deficiência, e mais particularmente as pessoas com deficiência visual, agrupadas em organizações do terceiro setor, ou em comunidades de interesses variados, e que já evidenciam um comparecimento efetivo e digno de análise nas chamadas redes sociais, seja para a conversação ligeira, seja para as trocas e compartilhamentos de interesses, seja para o ativismo social, focado nas suas lutas específicas, e em lutas gerais da sociedade.

AGENDAMENTO MUDIÁTICO, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INVISIBILIDADE

O debate sociológico reconhece que o empoderamento dos movimentos sociais estrutura-se, na contemporaneidade, a partir de pelo menos cinco aspectos fundamentais (apud SILVA, 2007):

- 1) o primeiro, a contraface da “sociedade civil organizada” perante o enfraquecimento ou a retirada paulatina do Estado, especialmente, no empuxo da onda neoliberal que propõe a redução da esfera estatal;
- 2) o segundo, pelo poder de pressão adquirido por setores neocorporativos, seja do capital, seja do trabalho e que, organizadamente, encontram formas e meios organizados (associativismo) de pleitear benefícios;
- 3) o terceiro, pela singularização de novos sujeitos sociais seguida do fortalecimento dos seus poderes de pressão (o Movimento dos Sem-Terra, no Brasil; e o dos zapatistas, no México - são bons exemplos), este último, representado sobretudo por contingentes até então situados à margem da sociedade (e, por isso, clamam por inclusão), e de todas

as formas de direitos: direitos humanos; direitos civis; direitos sociais; e direitos políticos;

4) o quarto, configurado por sujeitos coletivos atingidos por algum tipo de diferença (carência e/ou deficiência) que os torna objeto de reivindicações que independem de classe social, mas gerador de identidade - dois exemplos: os portadores de necessidades especiais (no Brasil, vários milhões); e os portadores de diabetes (no Brasil, cerca de 5 milhões);

5) o quinto, constituído por aqueles sujeitos coletivos (mediante organização) que lutam por terceiros, ou seja, que zelam pelos que não têm nem poder de organização, nem poder de pressão, e nem poder de fala, pois estão excluídos do espaço social e, conseqüentemente, aquém da cidadania e, por vezes, da mínima condição humana, mas que acabam por encontrar quem os advogue.

Com respeito ao segmento das pessoas com deficiência, no Brasil, nossas análises comprovam que as suas lutas se estabelecem num território que articula o quarto e o quinto aspectos. Ainda que seu movimento já tenha um importante substrato de organizações criadas por eles próprios, com regulações competentes e reconhecimento por parte do estado, há ainda larga atuação de instituições de terceiros, fundações, organizações de tipo empresarial e outras, apoiando ou incorporando a causa das pessoas com deficiência. O que significa reconhecer que o empoderamento das pessoas com deficiência vem se dando de forma lenta e gradual, na medida em que, social e culturalmente, lhes foi legada uma trajetória de estigmatização que por muito tempo os localizou nas bordas da cultura, ali onde por muito tempo eram vistas como não pessoas.

No que toca à pauta midiática, ao valor notícia que a grande mídia sempre atribuiu a esse segmento social, podemos dizer que na atualidade, esse coletivo ainda ocupa uma grande “bolha de invisibilidade” nos meios de comunicação de massa tradicionais. Ainda que tenha crescido o rol das demandas e fatos que poderiam ganhar valor de noticiabilidade midiática, ou seja, demandas por acessibilidade, empregabilidade, lazer, cultura, entre outras, as alianças que se estabelecem entre o território desses acontecimentos e a mídia ainda são fracas, sazonais, dependentes, por exemplo, de acontecimentos como as paraolimpíadas.

A cobertura midiática da realidade do segmento, muitas vezes está associada a uma espécie de “economicismo”, ou seja, muitas vezes, a pauta da deficiência está relacionada com algum famoso (a) que porventura haja ingressado no grupo, vítima de acidente ou alguma patologia.

A grande mídia também ocupa-se do segmento através de grandes campanhas, a exemplo das que são promovidas pelo *Teletom*, onde o que são mobilizadas são a compaixão e a caridade social.

De tais afirmações, que nos limites desse artigo ganham apenas o status de breve exploração do tema, podemos depreender que o segmento das pessoas com deficiência ainda não almejou encontrar na mídia, um aliado importante na visibilidade de suas lutas, das suas pautas pela transformação da sua realidade desvantajosa. Os sintomas dessa “bolha de invisibilidade” que ainda ocupam na agenda midiática, do ponto de vista mais específico da própria prática jornalística, encontra a seguinte avaliação da Agência Nacional Pelos Direitos da Infância (ANDI), na apresentação da sua obra “Mídia e Deficiência”, conforme referenciada na bibliografia:

[...] da mesma maneira que ocorre em relação a outras questões prioritárias da agenda social, os profissionais de jornalismo sofrem com a ausência de um processo consistente de capacitação para a cobertura da pauta da deficiência. A lacuna tem origem no currículo defasado da grande maioria das faculdades de comunicação e se nutre da falta de interesse das empresas. Ambos os fatores contribuem de forma marcante para impulsionar a engrenagem da exclusão que cerca as pessoas com deficiência.

No nosso entender, além da formação deficitária, preside essa prática jornalística, o lastro de uma trajetória sociocultural que sempre estigmatizou e invisibilizou os grupos minoritários, colocando para o seu devir histórico, a tarefa cotidiana de luta por seus direitos de cidadania. Entretanto, as questões do agendamento, valor de noticiabilidade, aliadas às minorias e suas demandas, são muito mais complexas do que o que aqui se expõe, ao modo de síntese, pelo que devem merecer pesquisa e investigação mais apurada, a qual possa dar conta das reflexões que porventura já tenham sido produzidas, e assim possamos enriquecer esse debate em produções futuras.

CIBERATIVISMO NAS REDES SOCIAIS: UM NOVO AMBIENTE DE ARGUMENTAÇÃO E CONTRA-AGENDAMENTO

Na América latina e no Brasil, a década de noventa representou um marco na vida das pessoas com deficiência, em particular, as pessoas com deficiência visual. A partir do desenvolvimento de softwares e hardwares específicos, elas começaram a fazer uso de computadores domésticos, e em pouco tempo puderam ingressar na WWW, rede mundial de computadores.

Se a convergência midiática, as mídias sociais, e a sua conjugação em usos coletivos que chamamos redes sociais, ainda é um campo recente de investigação e pesquisa teórica, no que toca aos sujeitos coletivos conformados pela rubrica das deficiências, o campo é ainda completamente virgem de análises que busquem apreender suas manifestações/explicações/teorizações.

No intento de iniciar esse trabalho interrogativo/investigativo, que de algum modo conecta-se com todas as nossas outras pesquisas realizadas, as quais pontuaram a percepção tátil, a tradução intersemiótica, desaguando no vasto campo da acessibilidade à informação e à comunicação, partimos, pois da caracterização do uso do Twitter pelas pessoas com deficiência visual, com ênfase para a constituição de uma rede cruzada de interesses e demandas, a qual muitas vezes consegue impactar a mídia convencional, obrigando-a a agendar e agregar valor de noticiabilidade as lutas desse segmento.

Embora esse dado não tenha sido ainda contabilizado oficialmente, em todo o mundo, milhões de pessoas cegas utilizam-se de computadores, tecnologias móveis e outras. A síntese de voz, criando leitores de tela para os ambientes informáticos, foi a chave mestra que propiciou a abertura das comportas tecnológicas para esses indivíduos, tal como ocorrera com o Braille, na terceira década do século XIX, que encerrou um hiato de milhares de anos entre a impossibilidade de escrita manuscrita e as pessoas com deficiência visual.

Pessoas cegas interagem no Facebook, MSN, enviam mensagens por correio eletrônico, acessam sistemas bancários pela internet, lêem os jornais e revistas de sua preferência, embora, a infovia cibernética seja também, um espaço para a flagrante existência de barreiras de acessibilidade, as quais impedem o seu livre trânsito e dificultam o livre acesso à informação.

Os blogs são uma mídia social privilegiada pelas pessoas com deficiência. A cada dia, dos milhares de blogs colocados a disposição dos internautas, inúmeros são de pessoas com deficiência, com os conteúdos os mais variados, desde o entretenimento, as discussões sobre a própria deficiência, à sua arte, sua escrita, ou mesmo blogs comerciais.

Se o microblog Twitter mantém-se como um dos campeões no gosto popular dos usuários de mídias sociais, a ferramenta também caiu no gosto das pessoas com deficiência visual. Embora esses indivíduos possam acessar a ferramenta por meio do link www.twitter.com, a verdade é que a criação de uma API (Application programming interfaces) tornou a interface amigável, acessível e de fácil utilização para esse segmento social.

Para uma melhor compreensão do conceito, tomemos de empréstimo a explicação de Comm (2009):

Um API é simplesmente uma linguagem - ou sintaxe - que uma parte do software usa para se comunicar com outra parte. Ele define os tipos de ações que você pode pedir para uma parte do software executar e também o tipo de ação que pode ser retornado para o programa de software pedido. De fato, trata-se de um tipo de conversação de duas mãos via software entre o programa que chamou e o programa chamado.

De fato, a interação entre ambientes informáticos, leitores de telas e pessoas cegas, é um fértil e inédito campo de investigação, o qual coincide com a própria história do uso do computador, em princípios dos anos setenta do século XX, resultado muitas vezes do trabalho dos próprios programadores cegos, que tornam as interfaces amigáveis e acessíveis.

No caso do Twitter, a interface conhecida como Qtwitter, abrigada em www.qtwitter-client.net, foi uma das primeiras ferramentas de interação desses indivíduos com a rede social. A partir dela, muitas outras vem se desenvolvendo, observando os mesmos princípios de utilização. O aplicativo simula no computador do usuário cego, o ambiente da página do Twitter, sem que seja necessário abrir o navegador de internet. Acionada por conjuntos de teclas privilegiadas, como CTRL + ALT, agregando-se também o uso das setas para movimentar-se nos itens da tela, o usuário cego pode realizar todas as funcionalidades básicas do Twitter, como tweetar,

retweetar, enviar mensagens diretas, aceder a links divulgados, fazer buscas por assuntos populares, criar e agregar hashtags, agregar áudio e imagens aos seus conteúdos, seguir e largar, entre outras funcionalidades.

PESSOAS CEGAS NO TWITTER: APRESENTANDO CASOS

Militância e Ativismo Social. Não se pode dizer que esses sejam os primeiros interesses que movem as pessoas com deficiência visual a criarem uma conta no Twitter. Tal como a maioria dos usuários do microblog, eles se conectam para a conversação ligeira, a busca por informações, motivados pelo convívio social, o “estar junto” ainda que virtualmente, ou mesmo para a divulgação de produtos de interesse comercial. Mas certamente que há os ativistas, que vêm no Twitter, a porta de entrada para suas campanhas, seus protestos, suas lutas. Um primeiro tweet dessa ordem, amplia-se para múltiplos retweets dentro do grupo de pertença, ou seja, as pessoas com deficiência, extravasando porém, para outros grupos de seguidores, com potencial para alcançar os “gatekeepings” da mídia convencional.

Foi o que ocorreu com o episódio da “Casa dos Autistas”, veiculado pela MTV, e que causou a indignação das pessoas com deficiência. Uma campanha massiva contra o programa invadiu o Facebook e o Twitter, assim como a blogosfera especializada. Tamanha publicização alcançou a mídia convencional e fomentou a ação do Ministério Público, que retirou o programa do ar.

Mas ainda não são muitos os exemplos de fatos contraagendados através do Twitter, os quais forçam noticiabilidade na mídia tradicional. Uma ciberacção que ganhou corpo no Twitter, entre os meses de março e abril de 2011, a qual protestava contra a falta de acessibilidade no portal da companhia aérea TAM, não logrou alcançar as páginas da mídia impressa ou dos telejornais, embora tenha sido debatida exaustivamente nos blogs e também no Facebook) conforme ilustra a publicação seguinte:

“Em tempos em que se desenvolve a chamada terceira onda da internet, onde as redes sociais têm se tornado uma ferramenta essencial no cotidiano do mundo online, deficientes visuais de todo o Brasil protagonizaram, neste último final de semana, um twittaço para protestar contra a inacessibilidade no site da empresa TAM. Centenas de pessoas começaram a postar, na noite do sábado, dia 19, mensagens no microblog Twitter, com a hashtag #InacessibilidadeNaTam, como uma forma inteligente de chamar a atenção

da companhia aérea, no sentido de tornar o seu site acessível para as pessoas com deficiência visual.”

Os dois casos aqui relatados ilustram as potencialidades das redes sociais para dar visibilidade ao segmento. Servidas por conexões de banda larga e ferramentas de acesso, as pessoas com deficiência podem interagir com inúmeros outros segmentos sociais, estabelecendo processos colaborativos, ampliando seu rol de interesses e de lutas por uma sociedade mais inclusiva e apta ao exercício da sua cidadania plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos limites desse artigo, somente pudemos tocar de passagem na questão de fundo da nossa discussão, ou seja, o ciberativismo das pessoas com deficiência através do Twitter será forte o suficiente para uma reconfiguração do lugar desse grupo no âmbito do agendamento midiático?

Por outro lado, sequer pudemos dialogar com outras questões presentes em nosso trabalho investigativo, e que aqui ficam como pistas para outros trabalhos que se interessem pelo tema: que sentidos e signos de autorrepresentação e autorreferencialidade estão sendo produzidos no uso do Twitter pelos “sujeitos coletivos”, pessoas com deficiência? As redes construídas por esse segmento, “aleatórias”, permitindo “laços fortes” ou “fracos”, propiciam de fato pactos e alianças com outros segmentos da sociedade civil organizada? O rol dessas questões conta com um vasto campo empírico, que, por sua natureza, de permanente atualização, está a exigir competente investigação das suas manifestações.

A partir de 2013, nossa investigação caminha para o trabalho de mapeamento do uso do twitter no Brasil e se possível na América Latina, através de pesquisa de opinião e coleta de dados via questionários eletrônicos. O campo empírico é pródigo em ocorrências. O ciberativismo das pessoas com deficiência, vez por outra, logra romper a bolha de invisibilidade da mídia comercial e esperamos poder quantificar o fenômeno e avaliar a qualidade dessa cobertura.

REFERÊNCIAS

Andi e Fundação Banco do Brasil. Mídia e Deficiência. Brasília: 2003.

COMM, Joel. O poder do Twitter: estratégias para dominar seu mercado e atingir seus objetivos com um tweet por vez. Tradução: Leonardo Abramowicz. São Paulo: Editora Gente, 2009.

ESTEVES, João Pissarra. Espaço público e democracia: comunicação, processo de sentido e identidade social. São Leopoldo: Unisinos, 2003

FERREIRA, Jairo e Eduardo Viser (Orgs). Mídia e Movimentos Sociais: Linguagens e Coletivos em Ação. São Paulo: Paulus, 2007.

MORIN, Edgar. A Cultura de Massas no Século XX. Edição de O Espírito do Tempo. Rio de Janeiro: Forence, 1969.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais na Internet: Considerações Iniciais. E Compós, v. 2, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice - O social e o político na Pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SHOEMAKER, Pamela J. Teoria do gatekeeping: construção e seleção da notícia. Tradução: Vivian Nickel. Revisão técnica: Marcia Benetti. Porto Alegre: Penso, 2011.

SILVA, Luís Martins. Sociedade, Esfera Pública e Agendamento (In), Metodologias de Pesquisa em Jornalismo. Cláudia Lago e Márcia Bennetti (Orgs). Petrópolis: Vozes, 2007.

SOUSA, Joana Belarmino. Associativismo e Política: A Luta dos grupos Estigmatizados pela cidadania Plena. João Pessoa: Editora Ideia, 1997.

_____. Mídias Digitais: Acessibilidade na Web e os Desafios para a Inclusão Informacional (In) Mídias & Interatividade. Pedro Nunes Filho 6 (Org), Editora da UFPb, 2009, p. 275-284.

_____. Aspectos Comunicativos da Percepção Tátil: A Escrita em Relevo como Mecanismo Semiótico da Cultura. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

_____. AGENDAMENTO E CONTRA-AGENDAMENTO NO JORNALISMO: A REDE SOCIAL TWITTER E O CIBERATIVISMO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (In): Neto, Antonio Fausto e Fernandes, José David Campos (orgs). Interfaces Jornalísticas, ambientes, tecnologias e linguagens.